

**Parecer nº 114/97**

Data: 1997.12.03

Processo nº 279

**Requerente:** Maria Cândida Pereira dos Santos Brito da Silva

1. Maria Cândida Pereira dos Santos Brito da Silva veio requerer à CADA parecer favorável ao acesso a documentos constantes de processo de averiguações suscitado por conflitos funcionais num serviço da Maternidade Alfredo da Costa.
2. A requerente foi suspensa das funções de coordenação do Serviço Social da Maternidade Alfredo da Costa por deliberação do respectivo Conselho de Administração (de 12/03/97). Instaurado processo de averiguações, a deliberação foi objecto de circular informativa (17/03/97). O processo veio a ser arquivado por despacho do Inspector-Geral da Saúde (25/08/97).
3. Tendo pretendido aceder ao processo, para fins judiciais, a requerente viu indeferido o pedido, que foi considerado " pedido de acesso a elemento nominativo formulado por terceiros".
4. A requerente, considerando patentemente violado o seu direito de acesso, dirigiu-se à CADA, nos prazos e demais termos legais.
5. O direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, consagrado no artigo 268º, nº 2, da Constituição, com o consequente princípio da ADMINISTRAÇÃO ABERTA, está regulado na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - Lei nº 65/93, de 26 de Agosto -, com as alterações constantes da Lei nº 8/95, de 29 de Março, nos termos da qual

“O acesso dos cidadãos aos documentos administrativos é assegurado pela

Administração Pública de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade" (artigo 1º).

A lei estabelece regimes de acesso distintos em função da natureza dos documentos.

Quando os mesmos contenham dados pessoais (isto é, "informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada"), o acesso é "reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal" (artigo 7º/2).

A invocação do interesse directo e pessoal, nos termos do n.º 2 do artigo 7º da Lei 65/93, deve ser acompanhada de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos da Administração, solicitado pelo terceiro que pretenda exercer o direito de acesso (artigo 8º).

Podem ainda ser comunicados a terceiros os documentos que contenham dados pessoais, quando, pela sua natureza, seja possível aos serviços expurgá-los desses dados sem terem de reconstruir os documentos e sem perigo de fácil identificação (nº 5 do artigo 8º).

6. No caso vertente, a requerente:

- a) pretende aceder a documentos que contêm dados respeitantes a uma averiguação que incidiu sobre um conjunto de actuações profissionais no serviço que coordenava, "conflitos funcionais" cuja natureza e extensão suscitou decisões administrativas;
- b) não distingue os tipos de documentos cuja cópia deseja, tendo pedido acesso a todos.

7. O processo de averiguações não apurou conduta "disciplinarmente infractária", tendo sido arquivado, pelo que não é aplicável o limite previsto no artigo 7º/6 (que estatui que "o acesso aos inquéritos e sindicâncias tem lugar após o decurso do

prazo para eventual procedimento disciplinar").

8. A recusa de acesso fundou-se na seguinte consideração: tendo o processo de averiguações procurado apurar "factos que não visaram especificamente o funcionário X ou Y", não seria possível "considerar que os mesmos respeitam à requerente, ou a qualquer outra pessoa determinada". Logo, estar-se-ia perante um pedido de acesso a documento nominativo formulado por terceiro, dependente de parecer favorável da CADA.
9. A fundamentação não distingue os diversos tipos de documentos requeridos.
10. Ora estes aludem em parte à conduta da requerente. O facto de não a visarem especificamente não neutraliza tal facto. Os documentos pretendidos não são desprovidos de objecto (envolvem pessoas concretas e determinadas) e não poderiam ser mantidos em segredo em relação a cada um dos visados, devendo por isso mesmo, na parte específica, ser comunicados às pessoas que por eles sejam visadas e requeiram o acesso.
11. Tais dados estão, porém, mesclados com os referentes a outros funcionários. Quanto a estes, a requerente é pessoa terceira.  
  
Dado, porém, o estatuto da requerente e o manifesto interesse pessoal e directo no conhecimento de todos os factos que culminaram no arquivamento de um processo que influenciou a vida profissional de várias pessoas, o acesso não pode ser vedado aos diversos intervenientes, excepto os dados nominativos que contenham apreciações relativas a terceiros e que não aludam à requerente. Deve aplicar-se o nº 5 do art. 8º da Lei 65/93.
12. Nestes termos, a CADA emite parecer favorável ao acesso de Maria Cândida Pereira dos Santos Brito da Silva aos documentos constantes de processo de averiguações suscitado por conflitos funcionais no serviço da Maternidade Alfredo da Costa identificado nos autos.

Lisboa, 3 de Dezembro de 1997.

*José Magalhães* (Relator) - *Silva Marques* - *Narana Coissoró* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).